

Processo Especial de Revitalização – algumas alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 79/2017, de 30 de Junho

Entrou em vigor a 1 de Julho de 2017 o Decreto-lei nº 79/2017, de 30 de Junho, que alterou o Código das Sociedades Comerciais (CSC) e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), com importante incidência no processo especial de revitalização (PER).

Estas alterações, designadamente as introduzidas no PER, assomam num plano de intenção governamental e legislativa de relançamento da economia portuguesa e de criação de emprego, mormente através da redução do elevado nível de endividamento e da melhoria de condições para o investimento das empresas, objectivos subjacentes a um conjunto de eixos estratégicos de intervenção definidos e que justificaram a aprovação do Programa Capitalizar, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 42/2016, de 18 de Agosto.

O legislador deixou expresso o propósito de **credibilização do PER enquanto instrumento de recuperação das empresas** que se encontrem em situação económica difícil ou de insolvência meramente iminente¹.

Entre as alterações introduzidas neste processo especial destacamos o alargamento das exigências para a apresentação da empresa a PER e o reforço da preocupação na manutenção da actividade da empresa após início do PER.

Deste modo, para que a empresa dê início ao processo, é agora imperativo que, além da já anteriormente exigida declaração escrita e assinada em que assevere reunir as condições necessárias para a sua recuperação, a empresa apresente **declaração subscrita, há não mais de 30 dias, por contabilista certificado ou revisor oficial de contas, sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida, atestando que a empresa não se encontra em situação de insolvência actual.**

¹ O PER deixa de se aplicar a pessoas singulares que não sejam titulares de empresa, tendo, no entanto, o Decreto-Lei nº 79/2017 criado um novo processo especial para acordo de pagamento.



Ainda neste sentido, passa a ser necessário que a empresa se faça acompanhar por **credores que, não estando consigo especialmente relacionados, sejam titulares, pelo menos, de 10% de créditos não subordinados, que manifestem a sua vontade, por meio de declaração escrita, de encetarem negociações conducentes à revitalização da empresa, por meio da aprovação de plano de recuperação**, quando antes bastava que a empresa se fizesse acompanhar por um dos seus credores, sendo irrelevantes os créditos de que era titular.

Sem embargo, ficou expressa a possibilidade de aquele valor de 10% dos créditos poder ser reduzido pelo juiz, mediante requerimento da empresa e de credores que detenham, pelo menos, créditos no valor de 5% dos créditos relacionados, ou mediante requerimento fundamentado da empresa, levando o juiz em consideração na apreciação do pedido o montante absoluto dos créditos relacionados e a composição do universo dos credores.

Alteração relevante é também a que determina que, a processos iniciados a partir de 1 de Julho de 2017, com o requerimento inicial de apresentação a PER a empresa tenha de juntar **proposta de plano de recuperação acompanhada, pelo menos, da descrição da respectiva situação patrimonial, financeira e reditícia**.

Respondendo a uma necessidade há muito sentida, é consagrada a **possibilidade de apensação**, oficiosamente, ou a requerimento do administrador judicial provisório, **dos autos de PER intentados por sociedades comerciais com as quais a empresa se encontre em relação de domínio ou de grupo**, nos termos do CSC, devendo o requerimento tendente à apensação ser apresentado no processo ao qual os demais devam ser apensados (de acordo com o critério estabelecido no nº 4 do artigo 86º do CIRE, com as necessárias adaptações) até ao início do prazo de negociações.

A nomeação do administrador judicial provisório determina a **suspensão de todos os prazos de prescrição e de caducidade oponíveis pela empresa** durante todo o tempo em que perdurarem as negociações e até à prolação dos despachos de homologação, de não homologação ou até ao encerramento das negociações nos casos previstos nos nºs 1 e 5 do artigo 17º-G do CIRE.

A partir da nomeação do administrador judicial provisório é **assegurada a manutenção de um conjunto de serviços essenciais**, que não podem ser suspensos durante todo o tempo em que perdurem as negociações, como sejam os serviços de fornecimento de água, energia eléctrica, gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, serviços de recolha e tratamento de águas residuais, de gestão de resíduos de sólidos urbanos, bem como serviços de comunicações electrónicas e os serviços postais.

A votação do plano de recuperação é agora precedida da respectiva publicação no portal Citius, abrindo-se um período de cinco dias em que qualquer credor pode alegar nos autos o que tiver por conveniente, designadamente circunstâncias susceptíveis de levar à sua não homologação, dispondo a empresa de cinco dias após o termo do primeiro prazo para, querendo, alterar o plano e, nesse caso, depositar nova versão. É publicitada no portal Citius a junção ou não junção de nova versão do plano, **correndo desta publicação o prazo de votação de dez dias**, no decurso do qual qualquer interessado pode requerer a não homologação do mesmo.

Para apresentação pela empresa de **acordo extrajudicial de recuperação** exige-se agora que o mesmo seja assinado por credores que representem pelo menos a maioria de votos prevista no nº 5 do artigo 17º-F do CIRE para aprovação de plano de recuperação conducente à revitalização.

Em caso de não homologação do plano de recuperação aprovado pelos credores, haverá de se cumprir com as diligências previstas para a não aprovação do plano, **devendo ser ouvidos credores e administrador judicial provisório** quanto à situação da empresa e, **estando esta em situação de insolvência, o encerramento do PER deverá acarretar a declaração judicial de insolvência.**

Maria Raquel Moreira
mrm@slcm.pt

Tiago Fernandes Gomes
tfg@slcm.pt

A informação contida nesta FYI não consubstancia opinião ou assessoria jurídica, não dispensando a consulta da legislação referida e/ou aconselhamento junto de um profissional para aplicação a situações concretas.

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação